



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gerência de Elaboração de Parcerias e Contratos

Acordo de Cooperação Técnica n.º 01

Acordo de Cooperação Técnica Nº01/2025

**ACORDO DE
COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE
ENTRE SI
CELEBRAM O
DISTRITO
FEDERAL,
POR MEIO DA
SECRETARIA
DE ESTADO
DE CULTURA
E ECONOMIA
CRIATIVA DO
DISTRITO
FEDERAL , E
A
COMPANHIA
URBANIZADORA
DA NOVA
CAPITAL DO
BRASIL-
NOVACAP.**

**PROCESSO:
00150-
00008560/2024-
65**

Pelo presente instrumento o **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, CNPJ nº 03.658.028/0001-09, com sede na Biblioteca Nacional, neste ato representada por **FRANCISCO CLAUDIO ABRANTES**, inscrito sob o CPF nº 44*.***.*71-20 , na qualidade de Secretário de Estado, em cumprimento a delegação de competência prevista no Decreto nº 32.587/2010, de 13 de dezembro de 2010, e nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, Decreto nº 32.598, de 15/12/2010, e a **COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP** , CNPJ nº 00.037.457/0001-70, com sede no Setor de Áreas Públicas, Lote B, doravante denominada NOVACAP, neste ato representada pelo Diretor Presidente **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE**, brasileiro, portador do RG nº 1.1****9/MG, e CPF nº 131.*****-00, e pelo Diretor de Planejamento e Projetos **CARLOS ALBERTO SPIES**, brasileiro, portador do RG nº 109****8/DF, e CPF nº 651.*****-87, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, que terá como fundamento a Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133/2021, bem como a Lei das estatais - Lei nº 13.303/2016 e considerando o Decreto Distrital 44.330/2023, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, haja vista a participação de órgão da administração direta e da NOVACAP, estatal da administração indireta do Distrito Federal, tendo em vista o constante do Processo SEI/GDF nº00150-00008560/2024-65, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Acordo de Cooperação tem por objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes para a elaboração de documentos técnicos; preparação de editais; análise jurídica; realização, publicação e homologação de licitações; adjudicação de objeto ao vencedor do certame, contratação, fiscalização e atividades inerentes, visando a contratação de empresa, com vista à elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia; compatibilização de projetos e elaboração de as built; para a Reforma com Restauo do Museu do Catetinho, situado no Park Way - Trevo de Gama, Brasília - DF, 72401-970, e do Museu Vivo da Memória Candanga, situado no Setor JK Lote D - Núcleo Bandeirante, Brasília - DF, 71739-020, sob os termos do respectivo Plano de Trabalho (183433282).

Parágrafo Primeiro – Os partícipes estabelecem que, caso sobrevenha a necessidade da transferência de recursos financeiros para a execução do objeto do presente Acordo de Cooperação, será firmado, posteriormente, o(s) respectivo(s) convênio(s).

Parágrafo Segundo – Os serviços decorrentes deste instrumento serão desenvolvidos pela NOVACAP sem o recebimento de taxa de administração ou qualquer outra remuneração.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E DO PLANO DE TRABALHO

Os partícipes, no exercício de suas atribuições e competências, consideram oportuno e estratégico desenvolver as ações decorrentes do presente Acordo, que se encontram detalhadas no respectivo Plano de Trabalho.

Parágrafo único – O Plano de Trabalho constitui parte integrante do presente Acordo e poderá ser alterado nos termos da Cláusula Sétima.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS COMPROMISSOS DOS PARTÍCIPES

3.1. São responsabilidades da SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA:

3.1.2. Praticar todos os atos indispensáveis à realização das atividades decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, conforme Plano de Trabalho e suas reformulações, aprovados, observando prazos e custos.

3.1.2. Assinar a contratação decorrente da licitação promovida pela NOVACAP em função do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica;

3.1.3. Criar e manter condições para que o objeto deste Acordo de Cooperação Técnica seja integralmente executado;

3.1.4. Notificar, formal e tempestivamente, a NOVACAP sobre as irregularidades observadas na execução do Acordo de Cooperação Técnica;

3.1.5. Fiscalizar o fiel cumprimento do presente Acordo de Cooperação Técnica;

3.1.6. Indicar o executor ou comissão executora do Acordo de Cooperação Técnica, conforme Lei 14.133/2021, art. 41 do Decreto Distrital nº 32.598/2010 e Instrução Normativa nº 01/2005-CGDF;

3.1.7. Prorrogar a vigência do Acordo de Cooperação Técnica quando necessário, e devidamente justificado;

3.2. São responsabilidades da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP

3.2.1. Praticar todos os atos indispensáveis à realização das atividades decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, executando diretamente, ou mediante a contratação de terceiros, conforme Plano de Trabalho e suas reformulações, aprovados, observando prazos e custos;

3.2.2. Elaborar projetos, orçamentos, preparar editais, realizar licitações, publicar os documentos das licitações ou procedimento formal de sua dispensa e/ou inexigibilidade, preparar medições e atestados de execução, efetuar o controle e o acompanhamento dos serviços a serem realizados;

3.2.3. Adjudicar o objeto da licitação promovido e confeccionar contrato para a assinatura da SECEC, visando à execução dos serviços com a empresa vencedora utilizando os procedimentos previstos em lei;

3.2.4. Fiscalizar a execução dos serviços, atestar sua execução, bem como aplicar, no caso de descumprimento contratual, as sanções administrativas legais à (s) empresa (s) contratada (s);

3.2.5. Designar dentre do seu quadro técnico da empresa, profissional (ais) devidamente habilitado(s) junto ao CREA/CAU para exercer a fiscalização dos serviços;

3.2.6. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária;

3.2.7. Franquear o acesso dos representantes da SECEC aos bens e aos locais relacionados com a execução das atividades deste Acordo de Cooperação Técnica;

3.2.8. Fornecer, sempre que solicitado pela SECEC, quaisquer informações acerca da execução dos serviços;

3.2.9. Responder exclusiva e integralmente, perante a SECEC, pela execução dos serviços contratados;

3.2.10. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado neste Acordo de Cooperação Técnica, conforme Plano de Trabalho e suas reformulações, aprovados pela SECEC;

3.3. São responsabilidades das Partícipes:

3.3.1. Analisar e aprovar os projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia apresentados pela empresa contratada, observando a qualificação técnica do seu quadro de pessoal e as competências institucionais;

3.3.2. Auxiliar a(s) empresa(s) contratada(s) na obtenção de aprovações prévias de projetos, elaborados por essas, junto aos órgãos competentes, tais como IPHAN, CEB, NEOENERGIA, CAESB, CBMDF, NOVACAP, AGEFIS, DIVISA/ANVISA, COMAER, IBRAM/DF, Defesa

Civil, Exército, DETRAN, quando couber.

3.3.3. Realizar de comum acordo os recebimentos provisório e definitivo das obras/serviços vinculados a este Acordo de Cooperação Técnica;

3.3.4. Elaborar esclarecimentos aos órgãos de controle e/ou participantes do chamamento público/licitação em face deste Acordo de Cooperação Técnica;

3.3.5. Incluir o nome e marca da SECEC/DF e NOVACAP em todos os atos de publicidade que envolva o objeto da presente parceria.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA COORDENAÇÃO

A coordenação e o acompanhamento das atividades relativas ao cumprimento deste Acordo de Cooperação serão exercidos por empregados e servidores das instituições partícipes.

Parágrafo primeiro - Cada partícipe indicará um executor e seu respectivo substituto para acompanhar a execução deste Acordo, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem na sua execução, e de tudo dar ciência à administração dos partícipes.

Parágrafo segundo - Os empregados e servidores indicados pelos partícipes para atuar na execução das atividades decorrentes deste Acordo de Cooperação manterão os vínculos jurídicos exclusivamente com as respectivas entidades de origem.

Parágrafo terceiro - Os empregados e servidores indicados pelas instituições realizarão acompanhamento, monitoramento e avaliação dos resultados do presente Acordo de Cooperação, por meio da emissão de relatórios a serem elaborados e encaminhados aos partícipes.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

O presente Acordo de Cooperação não resultará em repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Acordo de Cooperação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da lei.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO

As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento deste Instrumento, previamente acordadas entre os partícipes, serão efetuadas durante sua vigência, por meio de respectivo Termo Aditivo, desde que não impliquem em modificações do objeto previsto na Cláusula Primeira.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

Este Instrumento poderá ser rescindido, automaticamente, por descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições pactuadas, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material e formalmente inexecutável, assim como caso não subsista o interesse público que o ampara.

9. CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA

O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciado a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que a parte interessada notifique a outra por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitando-se os prazos de execução dos trabalhos em andamento e procedidos todos os acertos pendentes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente instrumento serão solucionados de comum acordo pelos partícipes deste Acordo de Cooperação, mediante Ofício, os quais passarão a fazer parte integrante deste instrumento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal sob a responsabilidade da SECEC/DF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília-DF, renunciando os partícipes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir litígio ou controvérsia oriundas da execução do presente Acordo.

E, por estarem assim justos e de acordo, assinam o presente Acordo de Cooperação.

Brasília-DF, 14 de outubro de 2025.

Pelo CONCEDENTE

FRANCISCO CLÁUDIO ABRANTES

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Pelo CONVENENTE:

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE

DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS ALBERTO SPIES

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E PROJETOS



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES - Matr.0254694-9, Secretário(a) de Estado de Cultura e Economia Criativa**, em 14/10/2025, às 17:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO SPIES - Matr.0973612-3, Diretor(a) de Planejamento e Projetos**, em 14/10/2025, às 17:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 15/10/2025, às 10:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **184381628** código CRC= **5E735B98**.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor Cultural Sul, Lote 2 - Edifício da Biblioteca Nacional - Bairro Asa Sul - CEP 70070-150 -

00150-00008560/2024-65

Doc. SEI/GDF 184381628